



PODER / Medida provisória que facilita a aquisição de imóvel por integrantes das forças de segurança será apreciada, hoje, na Casa. Matéria tem de ser avalizada, também, pelo Senado até o próximo dia 21, ou perderá a validade

Câmara vota programa de moradia a policiais

» MICHELLE PORTELA
» TAÍSA MEDEIROS

Najara Araujo/Câmara dos Deputados



Coronel Tadeu é o relator da matéria: "O objetivo do programa é retirar policiais de uma situação de vulnerabilidade"

Considerada uma das prioridades do governo federal, a Medida Provisória (MP 1070/21), que cria o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Habite Seguro), pode ser votada, hoje, encerrando a primeira semana de trabalhos na Câmara. A aprovação da matéria ainda depende de arranjos entre os parlamentares e é recebida com desconfiança pelos policiais.

O relator da proposta, deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), espera que a votação ocorra o quanto antes, para que a MP seja encaminhada ao Senado — a expectativa é de que seja apreciada pelos senadores já na semana que vem. A análise no Congresso precisa ser concluída até o próximo dia 21 para que as regras não percam a validade.

A proposta concede subvenção financeira da União e condições diferenciadas de crédito imobiliário aos policiais. O programa deverá priorizar os profissionais ativos, da reserva, reformados ou aposentados com salário bruto mensal de até R\$ 7 mil, mas é aberto a rendas maiores. Os contemplados com a medida serão policiais civis, militares, federais, rodoviários e penais; bombeiros; agentes penitenciários; peritos e guardas municipais.

"O objetivo do programa é retirar policiais de uma situação de vulnerabilidade, distinta da de outros profissionais que têm acesso ao programa Casa Verde e Amarela", explicou Coronel Tadeu. Ele

argumentou que "policial não pode morar em qualquer lugar". "Ele não pode ter proximidade com o criminoso. Normalmente, isso acontece muito em São Paulo. O policial não tem dinheiro para comprar casa própria; então, ele acaba tendo de morar muito próximo das comunidades e passa a sofrer ameaças, a sua família passa a correr risco", acrescentou.

O relatório de Coronel Tadeu faz duas alterações no texto. Uma delas, inclui os agentes socioeducativos e os agentes de trânsito

entre os beneficiários. Outra, propõe aumentar o teto salarial, de R\$ 7 mil para R\$ 10 mil, para que o profissional de segurança tenha acesso ao subsídio.

Pelos cálculos do relator, oito mil policiais vão ser atendidos neste ano. Até agora, cerca de 600 profissionais da área de segurança já contrataram o financiamento previsto, conforme afirmou. Outros devem aguardar a aprovação da medida provisória para tomar a decisão, em razão das mudanças que podem ser feitas no texto da MP.

Decepção

Na avaliação de Alex Galvão, presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol-DF), embora a medida atenda às necessidades de moradia de uma parcela dos agentes, a implementação não deve reverter a decepção da categoria com o presidente Jair Bolsonaro, ao menos no DF.

"Temos vários policiais esperando para a adesão ao financiamento direcionado à categoria, o que permitiria ao policial tentar

comprar a casa própria", disse. "Mas temos muitos profissionais decepcionados com Bolsonaro. Ele prometeu valorizar as forças de segurança, porém não é isso que temos visto. Grande exemplo foi a reforma da Previdência, em que policiais civis e federais tiveram grandes prejuízos, diferentemente dos militares."

Além da MP, os policiais aguardam o prometido reajuste salarial para categoria, que Bolsonaro assegurou que haveria este ano. "Nós estamos esperando, inclusive, sermos incluídos



Temos muitos profissionais decepcionados com Bolsonaro. Ele prometeu valorizar as forças de segurança, porém não é isso que temos visto"

Alex Galvão,
presidente do Sinpol-DF

no projeto de reestruturação da Polícia Federal. Até porque, somos organizados e mantidos pela União e dependemos de lei federal para tratar das nossas estruturas", ressaltou Galvão.

Na quarta-feira, o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), assegurou que a categoria será a única contemplada com a reserva de R\$ 1,7 bilhão para aumento de salários no Orçamento de 2022.

Leia mais sobre reajuste de servidores na página 7

Onze ministros devem deixar o governo

» CRISTIANE NOBERTO
» INGRID SOARES

O presidente Jair Bolsonaro disse que vai mudar parte do seu ministério por causa das eleições de outubro. Pelo menos 11 ministros deixarão os cargos para concorrer no pleito. De acordo com o chefe do Executivo, as alterações serão oficializadas no *Diário Oficial da União* de 31 de março.

"Temos previsto, no momento, 11 ministros para disputar eleições. Obviamente, teremos ministérios-tampão. Não tem nada discutido com ninguém (sobre quem assumirá), para evitar ciúmeira. Dia 31 de março tem um pacote: 11 saem e 11 entram. Da minha parte vocês vão saber via *Diário Oficial da União*", disse ontem à imprensa, em Porto Velho, onde se encontrou com o presidente peruano, Pedro Castillo.

Bolsonaro também foi questionado sobre a possibilidade de escolher alguém de Rondônia para assumir algum ministério e respondeu que poderia aceitar. "Tenho profundo apreço pelo Rogério. Podemos conversar", disse, em referência ao senador Marcos Rogério (DEM-RO), cotado para assumir a Secretaria de Governo, atualmente comandada pela ministra Flávia Arruda (PL-DF), que pretende concorrer a senadora. O parlamentar é um dos principais defensores do presidente e teve forte

atuação a favor do governo na CPI da Covid. A reportagem entrou em contato com o senador, mas, até o fechamento desta edição, não obteve retorno.

Para assumir o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o mais cotado é o deputado Marcos Mendes (PSD-MG), que está atualmente como secretário-executivo da pasta. A ministra Tereza Cristina deve deixar o posto, em abril, para concorrer a um mandato no Senado. Nos demais ministérios, a ideia é, também, que os secretários-executivos assumam os cargos. Interlocutores do chefe do Executivo apostam em nomes mais técnicos para as áreas.

Por se tratar de um ano de eleições, os suplentes dos ministros devem respeitar algumas restrições impostas pela lei eleitoral. Por exemplo: de junho a setembro, não poderá haver envio voluntário de dinheiro da União para estados e municípios. Serão permitidos apenas os "recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública", conforme versa a lei.

Outro ponto é que não poderão atrelar a distribuição de recursos federais destinados a programas sociais a candidatos, partidos ou coligações, nos três meses antes do pleito.

Alan Santos/PR



Bolsonaro se encontrou com o presidente do Peru, Pedro Castillo, em Porto Velho

Brasil e Peru querem ampliar comércio

Os presidentes Jair Bolsonaro (PL) e Pedro Castillo, do Peru, desejam ampliar o comércio bilateral e as iniciativas de desenvolvimento sustentável na Amazônia, além de construir um corredor multimodal para integrar os dois países, afirma declaração conjunta publicada pelo Ministério das Relações Exteriores após o encontro entre os líderes em Porto Velho (RO).

Os dois países têm "visão coincidente" sobre a necessidade de se fomentar a democracia,

os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável na América do Sul e no mundo, diz o comunicado. Bolsonaro e Castillo, de esquerda, são considerados pela oposição como presidentes autoritários.

Ainda segundo a declaração, os líderes se comprometeram, na agenda de ontem, em estabelecer "formas concretas de integração produtiva" entre os países, particularmente em matéria de zonas francas e micro, pequenas e médias empresas. Eles também

acordaram que vão articular, "com a maior brevidade", uma reunião para tratar da ampliação do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial.

Outro entendimento firmado no encontro é de que os países devem avaliar a abertura dos mercados a produtos de interesse de ambos ou melhorar as condições de acesso existentes, em matéria sanitária e fitossanitária.

De acordo com a declaração conjunta, as nações vão trabalhar na criação de rotas aéreas

e de um corredor multimodal que una Brasil e Peru pelas cidades de Yurimaguas, Iquitos e Manaus, ao longo dos rios da Bacia Amazônica.

O objetivo da iniciativa é explorar a geração de novos fluxos de comércio e investimento na fronteira amazônica e identificar soluções logísticas que aumentem a competitividade dos produtos de ambos países.

Bolsonaro e Castillo deixaram o encontro sem conversar com a imprensa sobre o desfecho da agenda.

» Presidente fala em "pau de arara"

O presidente Jair Bolsonaro (PL) chamou assessores nordestinos de "pau de arara", expressão considerada preconceituosa. A declaração foi feita na live de ontem, após ele perguntar aos auxiliares a origem de Padre Cícero, um antigo vigário de Juazeiro do Norte (CE). "Falaram que eu revoguei o luto de Padre Cícero, lá de Pernambuco, é isso mesmo? Que cidade fica lá? Cheio de pau de arara, aqui, e não sabem em que cidade fica Padre Cícero, pô? Juazeiro do Norte, parabéns aí", afirmou. Bolsonaro chegou a anular 122 antigos decretos de luto pela morte de personalidades, entre elas Padre Cícero. Após pressão popular, revogou a medida.